Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

KPDS 687881

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	24.761	16.978
Contas a receber de clientes	10	42.574	36.391
Estoques	11	91.679	87.608
Impostos a recuperar	12	6.400	10.611
Instrumentos financeiros derivativos	29	67	268
IRPJ e CSLL a recuperar		3.170	-
Créditos diversos		1.047	228
		169.698	152.084
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	46.857	44.163
Imobilizado	15	49.445	32.027
Intangível	16	164	154
		96.466	76.344
		266.164	228.428

Passivos	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	17	53.740	46.464
Empréstimos e financiamentos	18	-	25.043
Instrumentos financeiros derivativos	29	173	52
Salários, provisões e contribuições sociais	19	10.948	8.224
Impostos a recolher	20	1.388	1.137
Arrendamento mercantil	31	5.774	-
IRPJ e CSLL a recolher		-	4.327
Juros sobre capital próprio a pagar	21	4.804	4.804
Adiantamento de clientes		5.991	270
Outras obrigações	23	4.188	3.313
		87.006	93.634
Não circulante			
Arrendamento mercantil	31	17.252	-
Impostos a recolher	20	443	289
Adiantamento de clientes		586	856
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	4.558	5.024
Outras obrigações	23	3.351	3.629
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	22	5.353	4.910
		31.543	14.708
Patrimônio líquido	24		
Capital social		112.570	86.234
Reserva de incentivos fiscais		2.836	1.273
Reserva lucros		32.209	32.579
		147.615	120.086
		266.164	228.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida de vendas	25	301.077	335.571
Custo das vendas e serviços prestados	26	(259.217)	(246.518)
Lucro bruto		41.860	89.053
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	26	(13.767)	(17.354)
Gerais e administrativas	26	(30.138)	(29.743)
Perda de crédito esperada de contas a receber	26	(273)	(677)
Outras receitas operacionais, líquidas	27	4.821	6.329
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		2.503	47.608
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	3.784	6.595
Despesas financeiras	28	(6.908)	(3.570)
Variação cambial, líquida	28	1.708	2.148
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.087	52.781
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14.b	(360)	(14.995)
Diferidos	14.b	466	283
Lucro líquido do exercício		1.193	38.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.193	38.069
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	1.193	38.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		86.234	33	45.868	-	-	132.135
Realização da reserva de reavaliação		-	(33)	-	-	33	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.069	38.069
Incentivo fiscal - ICMS	24.c	-	-	-	1.273	(1.273)	-
Distribuição de lucros	24.b	-	-	(44.493)	-	-	(44.493)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	-	-	(5.625)	(5.625)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	31.204	-	(31.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		86.234	-	32.579	1.273	-	120.086
Integralização de capital	24.a	26.336	-	-	-	-	26.336
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.193	1.193
Incentivo fiscal - ICMS	24.c	-	-	-	1.563	(1.563)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	(370)	-	370	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		112.570	-	32.209	2.836	-	147.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.193	38.069
Ajustes para reconcilar lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.069	9.165
Perda de crédito esperada de contas a receber	273	677
Reversão da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	443	(380)
Provisão de juros sobre arrendamentos	3.637	-
(Reversão) provisão para estoque obsoletos	(1.032)	3.003
Juros e variação cambial, líquidos	1.293	43
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	(106)	14.712
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.752)	21.989
Estoques	(5.743)	(21.128)
Impostos a recuperar	4.874	(26.917)
Créditos diversos	(3.513)	(3.295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.276	10.370
Salários, provisões e contribuições sociais	2.724	(2.269)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	322	(106)
Adiantamentos de clientes	5.360	-
Impostos a recolher	405	(3.598)
Outras obrigações	688	1.524
	26.411	41.859
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.520)	(8.520)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.891	33.339
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(390)	(943)
Adições ao intangível	(61)	(45)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(451)	(988)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	-	25.000
Distribuição de lucros	-	(44.493)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(9.657)	-
Juros sobre capital próprio	-	(7.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.657)	(27.249)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	7.783	5.102
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.978	11.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.761	16.978
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	7.783	5.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Gráfica e Editora Posigraf Ltda. ("Empresa"), registrada na Rua Senador Accioly Filho, 500, cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 1972, tem como objeto social a industrialização, comercialização e edição de material gráfico e didático, livros, apostilas, mapas escolares, revistas, bem como materiais promocionais. A Empresa opera em dois ramos da seguinte forma:

- Didático, que atende em sua maioria a parte relacionada Editora Positivo Ltda. em livros e sistemas de ensino, denominados: Sistema Positivo de Ensino - SPE e Aprende Brasil. O seguimento de obras tendo em seu portfólio diversos títulos, entre eles os produtos da família do Dicionário Aurélio, livros didáticos e mapas escolares.

- Comercial, que atende o mercado promocional das maiores redes de varejo do Brasil, produzindo folders, catálogos, revistas de circulação nacional, entre outros.

Conforme descrito na nota explicativa 22, parte representativa das vendas da Empresa são realizadas em operações com empresas ligadas, em especial com a Editora Aprende Brasil Ltda. e Positivo Soluções Didáticas Ltda.

Referidas transações são realizadas com base em negociações específicas entre a Empresa e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de janeiro de 2021. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas os saldos foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 33 -** prazo do arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - determinação da perda de crédito esperada de contas a receber;
- **Nota explicativa 12** - determinação das perdas em estoques;
- **Nota explicativa 15** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 16 e 17** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 30** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

A Empresa revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

(i) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8.12.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

(ii) Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda diversos ativos imóveis, equipamentos e veículos. A Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com o CPC 06 (R2), a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Empresa optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)
Anteriormente, A Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Empresa na data da aplicação inicial: a Empresa aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e

- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(iii) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2), a Empresa reconheceu ativos de direito de uso adicionais incluindo imóveis e passivos de arrendamento. O impacto na transição está resumido abaixo.

Em milhares de reais	**Em 1º de janeiro de 2019**
Ativos de direito de uso – ativo imobilizado	28.303
Passivos de arrendamento	28.303

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 8.12 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

7 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 Receita com clientes

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

O momento do cumprimento da obrigação de desempenho ocorre quando da prestação de serviços e produtos. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou produto ao cliente.

7.3 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e atualização monetária que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros arrendamento mercantil.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

7.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, utensílios e instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Veículos	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25 anos
Outras imobilizações	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.8 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas (softwares e licenças de uso) é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

7.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio
A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Empresa celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se a compra a termo de moeda ("*Non Deliverable Forward - NDF*") e opção de compra, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 30.

7.10 Redução ao valor recuperável *(impairment)*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;

- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Empresa adota o procedimento de provisionar a totalidade das disputas de natureza fiscal, cível e trabalhista cuja chance de perda tenha sido considerada provável.

7.12 Arrendamentos

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06 (R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento mercantil" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019
Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

7.13 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

7.14 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contrato de Seguros.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2019	**2018**
Caixa	-	23
Bancos	1.244	1.030
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	23.517	15.925
	24.761	16.978

(a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB`s) e compromissadas, remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Contas a receber de clientes

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2019	**2018**
A vencer	45.633	39.397
Vencido até 30 dias	478	139
Vencido de 31 até 60 dias	90	36
Vencido de 61 até 90 dias	23	27
Vencido de 91 até 180 dias	385	81
Vencido de 181 até 360 dias	25	4
Vencido acima de 361 dias	4.182	4.891
(-) Ajuste a valor presente	-	(215)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(8.242)	(7.969)
	42.574	36.391

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2019 é de 33 dias (26 dias em 2018). A movimentação da perda de crédito esperada de contas a receber está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.292
(-) Recebimento / reversão	(257)
(+) Adições	934
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.969
(-) Recebimento / reversão	(1.198)
(+) Adições	1.471
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.242

A provisão para perda de crédito esperada de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da perda de crédito esperada de contas a receber utiliza como base o histórico de inadimplência da Empresa, representado por 0,13% sobre o faturamento.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

11 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	**2018**
Produtos em elaboração	8.675	6.239
Matéria prima	43.326	49.252
Produtos acabados	8.233	8.162
Mercadoria para revenda	44.568	41.189
Adiantamentos de fornecedores	6.742	3.400
Estoques em trânsito	53	316
(-) Provisão para estoques obsoletos	(19.918)	(20.950)
	91.679	87.608

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	17.947
Constituição provisão	13.111
Reversão provisão	(10.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.950
Constituição provisão	24.899
Reversão provisão	(25.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.918

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

Os estoques baixados no exercício, incluindo a provisão para estoques obsoletos, foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de custo dos produtos vendidos, conforme demonstrado na nota explicativa 27.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão para estoques obsoletos é realizada com base na matéria-prima (papel) em desuso ou sem expectativa de utilização no processo produtivo. Esta análise utiliza como referência o histórico de movimentação dos estoques e a expectativa de produção, cuja referência é 45 e 80 dias para papéis adquiridos no mercado nacional e importados, respectivamente, para os quais é efetuada avaliação individualizada. Também são provisionados estoque obsoletos de produtos acabados e em elaboração cujas perspectivas de realização são avaliadas como remota. Esta análise é feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende mercadorias sem movimentação há mais de 31 dias. Adicionalmente a idade dos estoques, a Administração também realizou uma análise individualizada quanto às perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto com base no histórico de venda.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2019, considerando os critérios de provisão para estoques obsoletos acima evidenciados, a Empresa constituiu provisão adicional no montante de R$ 16.602 (R$ 16.020 em 2018), relativo aos estoques de mercadoria para revenda, matéria-prima (papel) e estoque de produtos acabados. Esta provisão complementar está amparada no art. 1º da Instrução Normativa n.412/2004 e o art 8º da lei n.10.753/2003 que preveem a possibilidade de registro de provisão de perda de estoques sobre até 1/3 dos estoques contabilizados no ativo. Abaixo, evidenciamos o composição da provisão para estoques obsoletos constituída pela Empresa:

Provisão para estoques obsoletos - análise qualitativa e quantitativa	(3.316)
Provisão para estoques obsoletos - provisão complementar	(16.602)
Total provisão para estoques obsoletos constituida	(19.918)

12 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
IPI a recuperar (a)	2.095	4.936
ICMS a recuperar (b)	1.199	1.993
COFINS a recuperar (c)	809	2.800
IRRF a recuperar	1.161	41
CSLL a recuperar	589	9
PIS a recuperar (c)	175	784
Outros	372	48
	6.400	10.611

(a) O crédito do imposto sobre produtos industrializados (IPI) é proveniente, principalmente, das compras de papel importado destinado à utilização no processo fabril da Gráfica, sendo que as suas operações de saída (venda) possuem alíquota zero para os impressos gráficos.

(b) O crédito do imposto de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é originado, principalmente, na aquisição de insumos nacionais que terão como operação subsequente de saída sem tributação deste imposto, energia elétrica e fretes.

(c) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de insumos importados, despesas com aluguéis, serviços de terceiros, energia elétrica, fretes e depreciação. Em contra partida, as operações de saída de material didático possuem alíquota zero.

13 Depósitos judiciais

	2019	2018
Processos administrativos	253	464
Processos trabalhistas	862	957
Processos fiscais (a)	45.742	42.742
	46.857	44.163

(a) Além de outros menos relevantes, a Empresa possui processo tributário de Imposto sobre Serviços (ISS) referente a impressos personalizados. Durante o exercício de 2012, a Empresa aderiu no Plano de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC) com o objetivo de garantir o benefício concedido pela prefeitura, porém continuou contestando judicialmente a demanda, onde o pagamento realizado referente ao respectivo plano vem sendo realizado por meio de depósitos judiciais e recolhimentos direto ao fisco municipal, totalizando o montante de R$ 38.829 até a data de 31 de dezembro de 2019. A expectativa de perda nessa demanda judicial, segundo assessores jurídicos da Empresa, não se alterou em relação ao ano anterior, sendo mantida como remota.

14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2019	2018
Ativo		
Provisão para contingências	1.820	1.669
Provisão para bônus	195	26
Provisão para comissões	871	658

	2019	2018
Ativo		
Provisão de serviços	235	296
Instrumentos financeiros derivativos	36	-
Arrendamentos	1.139	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	397	1.234
Diversos	2.762	2.218
	7.455	6.101
Passivo		
Diferença entre a depreciação econômica e a fiscal (a)	(6.959)	(7.249)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(73)
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	(4.625)	(3.777)
Provisão para perda de crédito esperada de contas a receber	(429)	(26)
	(12.013)	(11.125)
Líquido - passivo fiscal diferido	(4.558)	(5.024)

(a) Compreende a diferença temporária entre a depreciação fiscal e vida útil contábil com base na vida útil dos bens (máquinas e equipamentos).

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.087	52.781
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(370)	(17.946)
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	(103)	(204)
Exclusões permanentes		
(-) Outras exclusões	-	620
(-) Benefício Pró-Emprego	532	433
(-) Juros sobre capital próprio	-	1.913
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT	47	472
	106	(14.712)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(360)	(14.995)
Imposto de renda e contribuição social diferido	466	283
	106	(14.712)
Alíquota efetiva	-	28%

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		2019			2018		
	Taxa média ponderada de depreciação	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Saldo contábil**	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Saldo contábil**
Máquinas e equipamentos	12%	196.014	(173.651)	22.363	195.965	(169.459)	26.506
Arrendamentos de imóveis	17%	25.687	(6.068)	19.618	-	-	-
Arrendamentos de veículos	75%	20	(15)	5	-	-	-
Arrendamentos de equipamentos	33%	3.339	(1.113)	2.226	-	-	-
Veículos	20%	574	(574)	-	574	(574)	-
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.966	(6.055)	911	6.875	(5.808)	1.067
Processamento de dados	20%	6.192	(5.603)	589	5.977	(5.418)	559
Imobilizações em andamento	-	1	-	1	1	-	1
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	4.642	(918)	3.724	4.627	(733)	3.894
Outras imobilizações	10%	463	(455)	8	456	(456)	-
		243.898	(194.453)	49.445	214.475	(182.448)	32.027

Em 31 de dezembro de 2007, os bens registrados na rubrica de máquinas e equipamentos foram reavaliados. A metodologia utilizada para fins de apuração foi o método do custo de reposição.

Em 1º de janeiro de 2008, a Empresa optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização tendo nesta data considerado o valor do ativo imobilizado reavaliado o novo valor de custo. A realização da referida reserva continua sendo realizada a débito da conta de patrimônio líquido, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Arrendamento mercantil	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Processamentos de dados	Imobilização em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.031	-	1.204	34.482	372	73	-	40.162
Adição	46	-	108	430	359	-	-	943
Depreciação	(184)	-	(245)	(8.477)	(172)	-	-	(9.078)
Transferência	-	-	-	71	-	(72)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.894	-	1.067	26.506	559	1	-	32.027
Adoção inicial CPC 06	-	28.303	-	-	-	-	-	28.803
Adição	16	743	91	48	215	-	8	1.133
Depreciação	(186)	(7.197)	(247)	(4.191)	(185)	-	-	(12.018)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.724	21.849	911	22.363	589	1	8	49.445

Ativos cedidos em garantia

As máquinas com valor contábil de aproximadamente R$ 36.908 foram cedidas no ano de 2011 em garantia para empréstimos junto ao BNDES. A Empresa não possui permissão de ceder estes ativos como garantia para outros empréstimos ou vendê-los a outra empresa. O empréstimo foi liquidado em 9 de fevereiro de 2018.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		2019			2018		
	Taxa média ponderada de amortização	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**
Software	20%	5.677	(5.541)	136	5.616	(5.491)	125
Marcas e patentes	10%	82	(82)	-	82	(81)	1
Projetos	-	28	-	28	28	-	28
		5.787	(5.623)	164	5.726	(5.572)	154

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

O ativo intángivel tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intángivel poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

17 Fornecedores

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Fornecedores do mercado interno	40.712	35.477
Fornecedores do mercado externo	13.028	11.341
(-) Ajuste a valor presente	-	(354)
	53.740	46.464

O período médio de pagamento das compras de produtos é de 112 dias (97 dias em 2018).

18 Empréstimos e financiamentos

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

				2018	
	Taxas %	Garantias	Vencimento	Circulante	Não circulante
Empréstimos com acionistas	100% CDI	N/A	30/06/2019	25.043	-
				25.043	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	-	-
Captação	25.000	-	25.000
Encargos financeiros e variações	43	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.043	-	25.043
Amortização via integralização de capital (a)	(26.336)	-	(26.336)
Encargos financeiros e variações	1.293	-	1.293
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-

(a) A liquidação dos empréstimos com acionistas se deu por meio da integralização de capital no montante de R$ 26.366, conforme evidenciado na nota explicativa 24.

19 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
Salários a pagar	1.168	1.143
Contribuições sociais	1.294	1.291
Provisão de férias	5.605	5.609
Provisões trabalhistas diversas	2.881	181
	10.948	8.224

20 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2019	2018
IRRF sobre remuneração a funcionários	548	383
ISS a recolher	180	175
PIS a recolher	62	46
COFINS a recolher	380	283
Outros impostos	661	539
	1.831	1.426
Circulante	1.388	1.137
Não circulante	443	289
	1.831	1.426

21 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais		Empréstimos com acionistas		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		Adiantamentos recebidos	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Positivo Educacional Ltda.	91	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	32	97	17	-	-	-	-	-	-	-
Editora Aprende Brasil Ltda.	-	-	1.188	1.255	-	-	-	-	268	-
Positivo Tecnologia S.A.	47	48	-	4	-	-	-	-	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	2.534	9.320	1.141	-	-	-	-	-	5.092	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	120	112	-	-	-	-	-	-
Sócios	-	-	-	-	-	25.043	4.804	4.804	-	-
	2.704	9.467	2.466	1.371	-	25.043	4.804	4.804	5.360	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Compras e serviços	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Positivo Educacional Ltda. (a)	1.075	979	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (b)	109	261	174	93
Editora Aprende Brasil Ltda. (c)	25.471	141.254	5.986	2.793
Editora Pia Ltda (g)	1.124	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A. (d)	-	-	73	103
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	-	-	10.515	10.053
Positivo Soluções Didáticas Ltda.(f)	89.262	27.345	2.784	-
	117.041	169.839	19.532	13.042

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Positivo Educacional Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

b. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Locação de espaço e compra de serviços
Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos.

c. Editora Aprende Brasil Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de despesas
Compreende a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados (CSC), as quais são incorridas pela Editora Aprende Brasil Ltda. e, posteriormente repassadas para as demais partes relacionadas.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

d. Positivo Tecnologia S.A.

Compras
Compreende a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática.

e. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Locações de espaços
Compreende as transações de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência de parte dos imóveis até 2020 e da parte restante dos imóveis até março de 2032, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

f. Positivo Soluções Didáticas Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

g. Editora Piá Ltda.

Vendas
São transações de comercialização de materiais didáticos e outros produtos gráficos produzidos pela Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R$ 980 (R$ 1.728 em 2018). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos de graduação, pós graduação e nas escolas do Grupo.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

22 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2019	2018
Riscos trabalhistas	2.338	2.006
Riscos fiscais	2.984	2.731
Riscos cíveis	31	173
	5.353	4.910

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	173	2.006	2.731	4.910
(+) Adições	57	1.192	-	1.249
(-) Reversões atualizações	(1)	(26)	-	(27)
(+) Atualizações	-	56	253	309
(-) Utilizações e reversões	(198)	(890)	-	(1.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31	2.338	2.984	5.353

Trabalhistas

Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existe nenhum processo individualmente com valor representativo.

Cíveis

Compreende, principalmente, ações de pedidos de indenização por danos morais, habilitação de crédito, inexigibilidade de títulos, entre outros, relacionados à atividade operacional da Empresa.

Fiscais

Processo proveniente de auto de infração referente compensações de IRPJ realizadas pela entidade entre 2003 e 2005 com erro formal na entrega. Em 31 de dezembro 2016, tal processo encontrava-se em discussão judicial com chances remotas de perda. Durante o ano de 2017, o risco de perda tornou-se provável, e o referido processo teve adesão ao PERT em 2018, porém esta sendo discutido judicialmente a compensação do depósito judicial já recolhido pela Empresa.

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Tributárias (a)	26.109	9.472
Trabalhista	2.319	1.860
Cíveis (b)	4.765	3.864
	33.193	15.196

(a) Riscos tributários
Compreende a execução fiscal no valor estimado de R$ 2.777, movida pela União Federal, referente à créditos de IPI da filial de Santa Catarina. Também, compreende débitos decorrentes do saldo negativo de IRPJ e CSLL, pedido de compensação não homologado no montante de R$ 3.210.

(b) Riscos cíveis
O principal processo compreende a ação civil pública em que o Ministério Público do Estado de São Paulo alega a existência de atos de improbidade praticados na contratação da Empresa para fornecimento de materiais didáticos pela Prefeitura Municipal de Lorena.

23 Outras obrigações

	2019	2018
Circulante		
Provisão de serviços	3.255	2.497
Outras contas a pagar	933	816
	4.188	3.313
Não circulante		
Provisão para honorários advocatícios (a)	3.351	3.629
	3.351	3.629

(a) Compreende, principalmente, a provisão dos honorários advocatícios a serem pagos sobre processo administrativo movido pela União Federal, quanto a PIS incidente sobre lançamentos a crédito, glosado pelo Fisco, sob alegação de prescrição e Imposto sobre Serviços (ISS) sobre impressos personalizados. A provisão foi constituída em função da expectativa de perda remota por parte dos assessores jurídicos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Empresa é de R$ 112.570, sendo representado por 112.570.048 quotas de R$ 1,00 cada, e está totalmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Empresa era de R$ 86.234, sendo representado por 86.233.632 quotas de R$ 1,00 cada.

Em 10 de dezembro de 2019, conforme 8ª alteração do contrato social, os quotistas da Empresa efetuaram aumento de capital no montante de R$ 26.336, por meio da emissão de 26.336.415 quotas de valor unitário de R$ 1,00 cada.

Composição societária, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
Palermo Investimentos - Participações Societárias Ltda.	22.514.009	22.514.009	20%
Schonbrunn Investimentos - Participações Societárias Ltda.	22.514.009	22.514.009	20%
Cousteau Investimentos - Participações Societárias Ltda.	22.514.009	22.514.009	20%
Cixares Libero Vargas	22.514.009	22.514.009	20%
Rivare Investimentos - Participações Societárias Ltda.	16.885.510	16.885.510	15%
Jufri Investimentos - Participações Societárias Ltda.	5.628.502	5.628.502	5%
	112.570.048	112.570.048	100%

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2018	9.099
Juros sobre capital próprio deliberados	5.625
Juros sobre capital próprio pagos	(9.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.625

Durante o exercício de 2019, não foram distribuídos lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio.

Durante o exercício de 2018 foram pagos os juros sobre capital próprio deliberados em 2017 no montante de R$ 7.756, líquido de imposto de renda.

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2019 não foram deliberadas e pagas distribuições de lucros (R$ 44.493 em 2018).

c. Reserva de incentivos fiscais

Em 1 de outubro de 2018, a Empresa entendeu, após ampla discussão acerca da Lei nº 12.973/14 art. 30 e da Lei Complementar 160/2017, cuja finalidade foi regularizar os benefícios fiscais de ICMS concedidos irregularmente pelos Estados, sem observância da regra constitucional (art. 155, § 2o, XII, g) de aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ, que os valores de crédito de ICMS provenientes da tributação presumida e da concessão de isenção pontuais de operações em alguns estados do território nacional se enquadram nas referidas Leis e portanto são passiveis de enquadram como reservas de incentivos fiscais. Com esse entendimento, a partir desta data, a Empresa começou a registrar, para efeitos de exclusão de base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o montante de R$ 2.836 (R$ 1.273 em 2018). O montante de incentivo fiscal no ano de 2019 foi de R$ 1.563. O saldo de incentivos fiscais foram destinados para a reserva de incentivos fiscais na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

25 Receita líquida de vendas

A Empresa gera receita pela venda de impressos gráficos.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre os produtos ao cliente.

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de:

	2019	2018
Receita bruta de vendas	346.483	377.058
(-) Tributos sobre vendas	(36.132)	(34.629)
(-) Devoluções e abatimentos	(9.274)	(6.858)
	301.077	335.571

26 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	192.140	180.589
Pessoal	63.776	60.062
Serviços de terceiros	13.734	13.255
Depreciação e amortização	12.069	9.165
Fretes	3.791	4.144
Comissões	6.995	9.659
Perda de crédito esperada de contas a receber	273	677
Aluguéis	20	75
(Reversão) provisão para estoque obsoletos	(1.032)	3.003
Reversão da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(401)	(380)
Propaganda e publicidade	1.761	1.584
Outras	10.269	12.459
	303.395	294.292

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2019	2018
Custo das vendas e serviços prestados	259.217	246.518
Despesas comerciais	13.767	17.354
Despesas gerais e administrativas	30.138	29.743
Perda de crédito esperada de contas a receber	273	677
	303.395	294.292

27 Outras receitas operacionais, líquidas

	2019	2018
Venda de aparas “sucatas”	4.450	6.273
Venda de imobilizado	371	56
	4.821	6.329

28 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente - clientes	-	3.229
Rendimento de aplicações	661	638
Juros	221	130
Reversão atualização monetária	2.467	2.501
Descontos obtidos e outras	435	97
	3.784	6.595
Despesas financeiras		
Instrumentos financeiros - derivativos	(919)	(789)
Juros	(1.591)	(491)
Juros arrendamento mercantil	(3.637)	-
Ajuste a valor presente - fornecedores	(354)	(2.267)
Descontos concedidos	(35)	(1)
Outras	(372)	(22)
	(6.908)	(3.570)
Variação cambial, líquida	1.708	2.148
	(1.416)	5.173

29 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

Em 31 de dezembro 2019	Nota explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VJR	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	10	24.761	-	-	24.761	24.761
Contas a receber de clientes	11	42.574	-	-	42.574	42.574
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	-	67	67	67
Créditos diversos		1.047	-	-	1.047	1.047
		68.382	-	67	68.449	68.449
Custo amortizado						
Fornecedores	18	-	53.740	-	53.740	53.740
Arrendamento mercantil	31	-	23.026	-	23.026	23.026
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	-	173	173	173
Outras obrigações	24	-	7.539	-	7.539	7.539
		-	84.305	173	84.478	84.478

Em 31 de dezembro 2018	Nota explicativa	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VJR	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	10	16.978	-	-	16.978	16.978
Contas a receber de clientes	11	36.391	-	-	36.391	36.391
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	-	268	268	268
Créditos diversos		228	-	-	228	228
		53.597	-	268	53.865	53.865
Custo amortizado						
Fornecedores	18	-	46.464	-	46.464	46.464
Empréstimos e financiametos	19	-	25.043	-	25.043	25.043
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	-	52	52	52
Outras obrigações	24	-	6.942	-	6.942	6.942
		-	78.449	52	78.501	78.501

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota explicativa	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa	10	24.761	16.978
Contas a receber de clientes	11	42.574	36.391
Créditos diversos		1.047	228
		68.382	53.597

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R$ 24.761, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantido com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro 2019						
Caixa e bancos	1.244	-	-	-	-	1.244
Aplicações financeiras	23.517	-	-	-	-	23.517
Contas a receber clientes	12.918	27.252	2.282	76	46	42.574
	37.679	27.252	2.282	76	46	67.335

Ativos financeiros	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro 2018						
Caixa e bancos	1.053	-	-	-	-	1.053
Aplicações financeiras	15.925	-	-	-	-	15.925
Contas a receber clientes	10.694	23.259	2.182	199	57	36.391
	27.672	23.259	2.182	199	57	53.369

Passivos financeiros	**Taxa de juros efetiva média ponderada % CDI**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro de 2019							
Fornecedores		31.380	21.338	1.022	-	-	53.740
Arrendamento mercantil		818	1.654	3.620	13.121	3.813	23.026
		32.198	22.992	4.642	13.121	3.813	76.766

Passivos financeiros	**Taxa de juros efetiva média ponderada % CDI**	**Menos de um mês**	**De um a três meses**	**De três meses a um ano**	**De um a cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**
31 de dezembro de 2018							
Fornecedores		25.783	15.262	5.419	-	-	46.464
Empréstimos	100%	-	-	25.043	-	-	25.043
		25.783	15.262	30.462	-	-	71.507

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do exercício.

	Até três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2019			
NDFs	(150)	(23)	(173)
Opção	67	-	67
	(83)	(23)	(106)

	Até três meses	De três meses a um ano	Total
31 de dezembro de 2018			
NDFs	5	13	18
Opção	140	58	198
	145	71	216

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A exposição cambial da Empresa em 31 de dezembro de 2019 é mínima, dado que os contratos de derivativos para proteção da variação cambial são contratados no momento da compra de produtos importados e as dívidas estão indexadas à taxas de juros em moeda local.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade da Administração da Empresa, referente ao efeito estimado de caixa gerado nas operações de proteção cambial em aberto em 31 de dezembro de 2019:

Análise de sensibilidade – Dólar

Cenário			Valor nocional (USD mil)	Cenários fluxo de caixa (R$ mil) Provável (a)	Possível (baixa) (b)	Remoto (baixa) (c)	Possível (alta) (d)	Remoto (alta) (e)
Taxa Dólar (cenário)			-	BACEN	-25%	-50%	25%	50%
Dólar			-	4,031	3,023	2,015	5,038	6,046
Efeito Caixa								
Exposição (USD)	(Fechamento)							
Dívidas	4,031		-	-	-	-	-	-
Compras insumos	4,031		1.160	-	1.169	2.338	(1.169)	(2.338)
Compras em trânsito	4,031		106	-	106	213	(106)	(213)
Cobertura cambial (USD)	(Contratada)	(Fechamento)						
NDF + Opção	4,173	4,031	1.160	-	(1.169)	(2.338)	1.169	2.338
Exposição líquida estimada (com compras em trânsito)	-	-	(106)	-	-	-	-	-
Resultado líquido estimado (com compras em trânsito)	-	-	-	-	106	213	(106)	(213)
Exposição líquida estimada (sem compras em trânsito)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido estimado (sem compras em trânsito)	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: Convenção: valores positivos representam saldo a receber, e negativos a pagar

(a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN Banco Central do Brasil (PTAX Venda) para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.

(d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.

(e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

Análise de sensibilidade – Euro

				Cenários fluxo de caixa (R$ mil)				
Cenário			**Valor nocional (EUR mil)**	**Provável (a)**	**Possível (baixa) (b)**	**Remoto (baixa) (c)**	**Possível (alta) (d)**	**Remoto (alta) (e)**
Taxa Euro (cenário)			-	BACEN	-25%	-50%	25%	50%
Euro			-	4,531	3,398	2,265	5,663	6,796
Efeito Caixa								
Exposição (EUR)	(Fechamento)							
Dívidas	4,531		-	-	-	-	-	-
Compras insumos	4,531		1.168	-	1.322	2.645	(1.322)	(2.645)
Compras em trânsito	4,531		40	-	46	92	(46)	(92)
Cobertura cambial (EUR)	(Contratada)	(Fechamento)						
NDF + Opção	4,650	4,531	1.208	-	(1.368)	(2.736)	1.368	2.736
Exposição líquida estimada (com compras em trânsito)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido estimado (com compras em trânsito)	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida estimada (sem compras em trânsito)	-	-	(40)	-	-	-	-	-
Resultado líquido estimado (sem compras em trânsito)	-	-	-	-	(46)	(92)	46	92

Nota: Convenção: valores positivos representam saldo a receber, e negativos a pagar

(a) O cenário provável reflete as cotações do BACEN Banco Central do Brasil (PTAX Venda) para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(b) O cenário possível de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 25%.

(c) O cenário remoto de baixa é representado pela valorização do Real em relação ao Dólar de 50%.

(d) O cenário possível de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 25%.

(e) O cenário remoto de alta é representado pela desvalorização do Real em relação ao Dólar em 50%.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a entidade avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da entidade na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela entidade são próximas às descritas anteriormente.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido

O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2019	**2018**
Ativo circulante	169.698	152.084
Passivo circulante	(87.006)	(93.634)
Capital circulante líquido	82.692	58.450
Índice de liquidez corrente	1,95	1,62

Índice de endividamento

	2019	**2018**
Dívida bruta (a)	-	(25.043)
Caixa e saldos de bancos (b)	24.761	16.978
	24.761	8.065
Patrimônio líquido (c)	147.615	120.086
Índice endividamento (caixa) líquido	(0,17)	(0,07)

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).

(b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar a exposição cambial de compras de matérias primas importadas, na aquisição de bens de capital importados e dívidas em moeda estrangeira.

A política de derivativos da Empresa tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar e euro de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação e sobre seus investimentos. A Administração não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

A Empresa utiliza-se de duas formas de derivativos: NDF (Non Deliverable Forward) e opções de compra, operações esta que possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de insumos importados, aquisição de bens de capital importados ou dívidas em moeda estrangeira.

A partir da análise diária das compras de produtos importados e no momento de contratações de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, os contratos derivativos são prontamente fechados e constantemente revisados.

(i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	67	268
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(173)	(52)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(106)	216

(ii) Contratos futuros de moeda

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possuía operações de NDF (*Non Deliverable Forward*) de compra de dólar como seguem:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira (R$ mil)	Cotação futura negociada	Reultado líquido a receber (pagar) (R$ mil) (i)
15/10/2019	29/01/2020	Itaú	Fornecedor	EUR	26	4,6240	(3)
16/10/2019	29/01/2020	Itaú	Fornecedor	EUR	92	4,6240	(10)
16/10/2019	29/01/2020	Itaú	Fornecedor	EUR	118	4,6855	(20)
06/12/2019	10/02/2020	Bradesco	Fornecedor	USD	150	4,1926	(26)
15/10/2019	14/02/2020	Itaú	Fornecedor	USD	192	4,1770	(29)
12/11/2019	28/02/2020	Itaú	Fornecedor	EUR	212	4,6652	(29)
09/12/2019	09/03/2020	Bradesco	Fornecedor	USD	50	4,1705	(7)
09/12/2019	16/03/2020	Bradesco	Fornecedor	USD	180	4,1736	(26)
09/12/2019	03/04/2020	Bradesco	Fornecedor	USD	156	4,1790	(23)
			Total USD		728	4,1794	(111)
			Total EUR		448	4,6597	(62)
					1.176	4,3623	(173)

(a) Convenção: valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

Os contratos de compra de NDF foram firmados com bancos de primeira linha, em opção de negociação até a data de vencimento. Tais contratos não exigem margens de garantia.

(iii) Contratos de opção de compra

Contratos de opção de compra em moeda estrangeira possuem a característica de conceder um direito de compra a determinado preço e determinada data futura. Estas operações possuem o benefício de não exigirem desembolsos de caixa no vencimento, onde haverá apenas o ganho financeiro da variação cambial, caso positiva. Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de opção de compra de dólar em aberto seguem conforme abaixo:

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Categoria	Moeda	Valor moeda estrangeira (R$ mil)	Strike	Reultado líquido a receber (pagar) (R$ mil) (i)
11/09/2019	29/01/2020	Itau	Fornecedor	USD	240	4,1150	7
16/10/2019	17/02/2020	Bradesco	Fornecedor	USD	192	4,2190	9
04/09/2019	03/01/2020	Bradesco	Fornecedor	EUR	180	4,6120	1
12/11/2019	07/02/2020	Bradesco	Fornecedor	EUR	180	4,6360	10
06/12/2019	13/03/2020	Bradesco	Fornecedor	EUR	200	4,6590	19
06/12/2019	26/03/2020	Bradesco	Fornecedor	EUR	200	4,6650	21
			Total USD		432	4,1612	16
			Total EUR		760	4,6440	51
					1.192	4,4690	67

(a) Convenção: valores positivo representam resultado a receber, e negativos a pagar.

30 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, sendo máquinas e equipamentos e estoque, é apresentada abaixo.

Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda., cujas coberturas contratadas são de:

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros.	340.030	01/04/2019 a 01/04/2020
Responsabilidade civil	Riscos contingentes com veículos de terceiros, auditório e danos morais.	1.000	31/03/2019 a 31/03/2020

31 Arrendamento mercantil

Arrendamentos como arrendatário - CPC 06 (R2)

A Empresa arrenda imóveis, veículos e equipamentos. Esses arrendamentos normalmente duram entre 1 a 20 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos marcantis operacionais de acordo com o CPC 06 (R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por equipamentos de informática. A Empresa arrenda equipamentos com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Empresa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é o arrendatária são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Imóveis	**Equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	24.944	3.339	20	28.303
Adições	743	-	-	743
Amortizações	(6.068)	(1.113)	(15)	(7.196)
	19.619	2.226	5	21.850

(ii) Passivo de arrendamento

Os passivos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção conforme apresentado a seguir:

	Taxa média de desconto % a.a.	**Vencimento final**	**Valor presente do passivo**
Imóveis	7,39% a 10,87%	01/03/2032	20.706
Equipamentos	8,37%	01/12/2021	2.315
Veículos	7,67%	01/04/2020	5
			23.026
Circulante			5.774
Não circulante			17.252

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.602	20.701	28.303
Adições	49	694	743
Transferências	4.143	(4.143)	-
Juros apropriados	3.637	-	3.637
Pagamentos (principal + juros)	(9.657)	-	(9.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.774	17.252	23.026

32 Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de diversos Comitês, com participação de diretores e gerentes chaves da Empresa, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.

- Análise de adequação de volume de estoques de matérias-primas a novos volumes de vendas.

- Negociações com os principais fornecedores da Empresa, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 927, publicada em 20 de março de 2020, tais como: prorrogação de prazo de compensação de banco de horas e postergação de pagamento de FGTS.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 936, publicada em 01 de abril de 2020, tais como: redução de remuneração e carga horária trabalhada; suspensão de temporária de contratos com alguns colaboradores ou através de futuras medidas publicadas pelo Governo para minimizar os impactos da pandemia.

- Postergação de recolhimentos de tributos tais como PIS e COFINS (Instrução Normativa 1.932 de 2020) e INSS patronal (Portaria 139 e 150 de 2020).

- Análise de possível captação junto a bancos públicos e privados, de linhas de crédito liberadas pelo Governo Federal e agências ligadas ao setor com propósito de incentivar as companhias afetadas pela pandemia.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Vale ressaltar que a Empresa possui suporte financeiro de seus acionistas, mitigando os impactos de curto prazo e os desafios que esse cenário pode trazer.